
**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: A IMPORTÂNCIA DO
CUIDADOR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA
ESCOLA**

Kátia Maria de Aguiar Freire¹

Maria Durciane Oliveira Brito²

Heber Ferreira da Silva³

Resumo

O estudo discute a importância do trabalho realizado pelos cuidadores escolares que acompanham alunos com deficiência física no processo inclusivo nas escolas. A problemática do estudo buscou identificar qual o papel do cuidador frente ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência física? Os objetivos buscaram compreender o processo inclusivo historicamente; entender as limitações físicas dos alunos e a necessidade do cuidador; refletir sobre a importância do trabalho realizado pelo cuidador na escola e no acompanhamento de crianças com deficiência física. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, que através de livros e artigos sobre o assunto pôde-se responder as inquietações da investigação. Justifica-se, assim, por lançar um olhar descritivo da importância do trabalho do cuidador para a educação de crianças portadoras de deficiência física. Os dados obtidos mostram que o trabalho realizado pelo cuidador, que presta também um serviço socioassistencial, possibilita o acesso das crianças a diferentes aprendizagens. O aluno deficiente físico precisa de cuidados diferentes dos demais, principalmente no tocante a locomoção do mesmo dentro da escola, ter alguém com quem pode contar em diferentes momentos, contribuiu para o desenvolvimento desse aluno.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência física. Cuidador. Ensino. Aprendizagem.

**ACCESSIBILITY AND INCLUSION: THE IMPORTANCE OF
PHYSICAL CARE CHILDREN IN SCHOOL**

Abstract

¹ Universidad Tecnológica Intercontinental. katiamfreire@gmail.com

² Universidad Tecnológica Intercontinental. durciane@ifpi.edu.

³ Universidad Autónoma de Asunción – PY. heber.ferr@hotmail.com

The study discusses the importance of the work done by school caregivers who accompany students with physical disabilities in the inclusive process in school. The study problematic sought to identify the role of the caregiver facing the teaching and learning process of students with physical disabilities? The objectives sought to understand the inclusive process historically; understand the physical limitations of students and the need of the caregiver; reflect on the importance of the work done by the caregiver in school and in the monitoring of children with physical disabilities. The methodology used was the bibliographic research, which through books and articles on the subject could answer the research concerns. Thus, it is justified by taking a descriptive look at the importance of caregiver work for the education of children with physical disabilities. The data obtained show that the work performed by the caregiver, who also provides a social assistance service, enables children to access different learning. The student with physical disabilities needs different care from others, especially regarding the movement of the same within the school, having someone to rely on at different times, contributes to the development of this student.

Keywords: Inclusion. Physical disability. Caregiver Teaching. Learning..

1. INTRODUÇÃO

O estudo discute a importância do cuidador, aquele que acompanha alunos com deficiência dentro das escolas públicas. O aluno com deficiência física precisa de cuidados diferentes dos demais, principalmente no tocante a locomoção e auxílio para um pleno desenvolvimento dentro do contexto escolar, e nesse sentido, buscamos compreender quais os benefícios desse atendimento. Desse modo, o problema de pesquisa ficou circunscrito a seguinte indagação: qual o papel do cuidador frente o processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência física?

O objetivo geral buscou compreender o processo inclusivo historicamente e especificamente tentou refletir sobre a importância do trabalho realizado pelo cuidador na escola e no acompanhamento de crianças com deficiência física; entender as limitações físicas dos alunos e a necessidade do cuidador.

Para tanto, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, que através de livros e artigos sobre o assunto podemos responder as inquietações da investigação. A abordagem usada para fazer as interpretações dos dados foi a qualitativa, que contribui com as análises que ficam circunscritas as entrelinhas, e carecem de uma reflexão crítica (GIL, 1999).

Autores como Mendes e Piccolo (2012), Rogalski (2010), Domingos (2005), entre outros contribuíram com os estudos e discussões, o que ampliou os significados que foram dados a importância do cuidador e sua atuação no ambiente escolar frente aos desafios dos alunos que apresentam deficiência física.

A pesquisa justifica-se, assim, por lançar um olhar descritivo da importância e do trabalho do cuidador para a educação de crianças com deficiência física. Os dados obtidos mostram que o trabalho realizado pelo cuidador, que presta também um serviço socioassistencial, possibilita o acesso das crianças a diferentes aprendizagens.

Dessa maneira, o estudo traz o significado de deficiência física, mostrando dentro do contexto histórico como a inclusão se caracteriza, além promover entendimento sobre as políticas de inclusão e atendimento educacional especializado. Além de fazer uma análise do trabalho do cuidador escolar frente a inclusão, buscando entender como funciona o trabalho do profissional, suas ações e práticas que devem ser necessárias para auxiliar crianças com deficiência física no ambiente escolar.

2. INCLUSÃO ESCOLAR

Todo processo histórico é carregado de significado e de descobertas, por isso o processo inclusivo não é diferente. Hoje, entendemos que a educação voltada para a pessoa com deficiência, principalmente aqueles que possuem deficiência física é importante e merece um destaque nos estudos sobre inclusão. Em um passado, ainda recente, esses indivíduos eram compreendidos apenas como sujeitos que dependiam de outros para tudo. Isso acontecia por que os esforços em políticas e ações de incluir essas pessoas nos espaços sociais eram negligenciados, além de sofrerem com o preconceito, eram submetidos a chacotas e ridicularizados, como se pode perceber nos estudos realizados na Idade Média (PICCOLO, 2012).

Conforme Mendes e Piccolo (2012) durante o Egito imperial muitos foram as situações em que os deficientes físicos eram submetidos, denominados “aleijados” pela sociedade, entre essas, os espetáculos que visavam denotar a deficiência como forma de entretenimento. As práticas se disseminavam, também, em Roma e na Grécia Antiga, e posteriormente na Baixa Idade Média. Os deficientes eram usados como fantoches em uma teatralização. E como o ideal de belo e aceito era o contrário do que se via nesses sujeitos, a sociedade os ridicularizava, como forma de anestesiar seus enfados sociais.

Todos os que são diferentes e não se encaixam no padrão social, de alguma forma são percebidos como anormais em diversos modelos de sociedade. Muitos tiveram seu direito, como pessoa, discriminado e segregado, em uma mistura de abandono e discriminação.

Quando voltamos a história para compreender o passado, e conseqüentemente o presente, deparamo-nos com questões muito difíceis de serem compreendidas, levando em consideração a forma como os homens se portavam diante da diferença. Um exemplo muito importante é o período a.C. onde muitas sociedades executavam aqueles que nasciam fora do padrão estabelecido na época. Em Esparta, por exemplo, as crianças que nasciam com alguma deformidade eram lançadas do Monte Taigeto, sem chances alguma de sobrevivência, e isso acontecia por que não nascia conforme o padrão que eles compreendiam ser o correto (ROGALSKI, 2010).

Pelo que se percebe a prática de ceifar a vida de um bebê por causa do padrão se dá por causa da falta de modelos culturais que foram se construindo através da ignorância dos povos, mostrando que sua ação se pautava em uma natureza primitiva e perversa. Diante do exposto, cita-se ainda, o povo Romano que exterminava as crianças que nasciam deficientes por que as considerava uma criatura monstruosa, que não representava o belo, o aceitável. Essa ação comprova-se no discurso de Sêneca (4-65/d.C.), citado por Silva (1987, p.32)

[...] não é apenas o terror que a figura monstruosa provoca. É também fascínio, encanto, dúvida, fonte de curiosidade e desejo. Por isso, desde a antiguidade até pelo menos o século XVI, os monstros no Ocidente também eram classificados entre as “maravilhas” ou “prodígios” do mundo e podiam evocar tanto o medo quanto a risada através de suas formas exageradas, assustadoras ou ridículas. Mais que uma simples imagem da ira divina ou mesmo da insanidade sexual dos homens, estes seres eram, antes de tudo, manifestações do poder incognoscível do mundo sobrenatural.

Nesse período era realizado o termo “infanticídio”, ou seja, a morte de crianças sem nenhuma regra ou lei de punição. Analisando essas práticas, evidencia-se que a mesma é no mínimo desumana. No entanto, a falta de conhecimento, de ciência aplicada e de amor ao próximo podem ser observadas nas entrelinhas dessa história, que por vezes parece surreal.

Até hoje as pessoas revelam aos pensamentos ou costumes que são percalços e herança negativa dessa época, como por exemplo, condicionar uma anomalia ou deformidade física como um castigo divino. Os hebreus acreditavam que as crianças que nasciam com alguma deficiência era uma espécie de punição, onde se restringia os deficientes das práticas religiosas. Conforme práticas realizadas na Roma Antiga, e por meio da Lei das doze tábuas, os pais tinham o direito de ceifar a vida dos filhos que apresentassem defeitos físicos.

Já na Europa Medieval, os indivíduos que apresentavam alguma deficiência dividia opiniões, pois, por alguns eram percebido como seres divinos e por outros como crias malignas. Essa divergência de pensamento se dava por que alguns já tinham um pouco mais de conhecimento sobre a ciência e metafísica.

Por volta do século XV, após a revolução burguesa, a visão sobre os deficientes passaram a mudar, isso se dava por que as pessoas começaram a se desvencilhar de pensamentos enclausurados que advinha do clero. Ainda assim, por não produzir mão de obra, os deficientes eram considerados inúteis. Pois, logo após a igreja perder o poder sobre muitas decisões, se instalou princípios do

capitalismo mercantil, onde quem tinha valor era quem podia desprender seus esforços físicos para geração de renda (DOMINGOS, 2005).

Somente após a revolução Francesa as pessoas passaram a compreender que a deficiência era uma forma diferente de existir, e a sociedade começou a ter um pouco mais de atenção para com esses sujeitos. Diante desse passado recente, a educação que incluía deficientes estava voltada aos princípios e ações assistencialista, ou seja, pensava-se que as pessoas que possuíam alguma deficiência necessitava-se de cuidados e por isso deveria sentir-se feliz ou acomodada (DOMINGOS, 2005).

Foram os estudos no campo da medicina e das ciências sociais que fizeram com que novos olhares fossem admitidos e descobertas sobre a educação e a aprendizagem dos indivíduos que apresentavam alguma deficiência comesçassem a ser questionadas e percebidas como possíveis. Quando esses estudos ganharam forma e foram publicados, as informações invadiram o espaço escolar e começou-se a perceber que haveria a possibilidade de uma educação transformadora, inclusiva.

No nosso país, as discussões sobre inclusão se intensificaram somente no século XIX, quando o Brasil começou a estudar as possibilidades da educação especial com base nas orientações e práticas de outros países, entre eles os Estados Unidos da América (DOMINGOS, 2005). As informações sobre a educação especial só é incorporada aos estudos e pesquisas brasileiras graças aos estudiosos que investigavam o ensino e atendimento de pessoas com deficiências simples e complexas.

Somente em 1930 a sociedade passou a preocupar-se em desenvolver ações capazes de envolver diferentes espaço da esfera governamental para refletir sobre a necessidade de atendimento em hospitais, escolas e outros espaços de pessoas que apresentassem alguma deficiência (ROGALSKI, 2010, p. 4 apud JANNUZZI, 2004 p.34). As ações que ajudam a promover engajamento de diferentes espaços iniciou uma, ainda pequena, chama de esperança para que

se houvesse uma educação que problematizasse a inclusão de pessoas deficientes nos espaços públicos, como cidadãos de direitos.

Passando mais alguns anos, em 1954 foi inaugurada a Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – associação que contribui até hoje com o acolhimento e o resgate daqueles que durante anos viveram a margem da sociedade. A APAE funcionou durante anos como uma instituição que abrigava sujeitos que desprezados socialmente, mas que, dentro das suas limitações detinham habilidades próprias e que merecem reconhecimento e respeito.

Na década de 1970, como se sabe, a escola atendia a interesses legitimamente políticos, atendia a classe dominante como reprodutora de seus interesses. A sociedade estava condicionada a pensar nos meios de produção, consumindo os bens produzidos e servindo de engrenagem para o capitalismo. Por isso, os deficientes não eram bem vindos à escola e não existia política pública que efetivasse esse direito, pois os esforços da escola estavam em garantir uma formação técnica, para instruir e garantir a mão de obra.

Por isso, conforme salienta ROGALSKI (2010), a inclusão funciona como uma espécie de justiça social. Para enfatizar o seu ponto de vista sobre a inclusão o autor rememora o princípio fundamental instituído pela Declaração de Salamanca que vislumbrava a inclusão como um processo que atendia todas as pessoas, independentemente de sua condição físicas, culturais, étnicas ou aquelas que foram marginalizadas pela sociedade por ser diferente (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA 1994).

No nosso país a educação inclusiva é conhecida também como educação especial, que teve sua ascendência nos Estados Unidos, “quando a lei pública 94.142, de 1975, resultado dos movimentos sociais de pais e alunos com deficiência, que reivindicavam o acesso de seus filhos com necessidades educacionais especiais” (STAINBAK E STAINBAK, 1999, p.36).

Vale salientar que todos os processos e conquistas da educação inclusiva esteve relacionado a pesquisas, descobertas científicas sobre transtornos globais

do desenvolvimento, conscientização da família e comunidade escolar. Nessa conjectura, a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, ressalta que é dever do Estado e da família promover-la. Tem como finalidade da educação, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho que garante a todos o direito à educação de qualidade (ROGALSKI, 2010).

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes (DOMINGOS, 2005, p. 57 apud SASSAKI, 1998c, p. 8).

Nessa perspectiva inclusão é o mesmo que inserir, ou seja, tornar possível a inserção de pessoas com necessidades educacionais especiais a um ambiente tradicionalmente construído com o objetivo de garantir a educação integral de todos os envolvidos. Tanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, quanto na Constituição Brasileira percebemos o incentivo à inclusão:

Na lei de Diretrizes e Bases de 1996: No título III “Do direito à educação e dever de educar”, a LDB diz que o dever do Estado com a educação escolar será efetivado mediante algumas garantias. No seu artigo 4º, inciso III, a lei postula; Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

Na Constituição Brasileira: o inciso III do Art. 208 da Constituição Federal fundamenta a Educação no Brasil e faz constar a obrigatoriedade de um ensino especializado para crianças portadoras de deficiência. Este é o texto: O dever do Estado com educação será efetivado mediante a garantia de: III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

É direito garantido por Lei o acesso de pessoas com deficiência e com demais necessidades educacionais à escola. Esses direitos surgem quando há necessidades de promover acesso dos cidadãos a categorias já estabelecidas ou não pela política social.

A valorização dos direitos pressupõe que a cidadania não é apenas fato e meio, mas sim princípio. A dignidade do homem é sagrada e constitui dever de todas as autoridades do Estado promover medidas de ação significativas, que garantam igualdade real de oportunidades na prevenção à violação dos direitos humanos (DOMINGOS, 2005, p.68).

Dessa maneira, compreende-se que a educação é o principal caminho para se construir cidadania, pois, pode “(...) possibilitar primeiro o igual acesso ao Direito, isto é, o conhecimento do ordenamento jurídico das liberdades públicas por parte de todas as pessoas”, e conseqüentemente, a formação consciente do indivíduo sobre sua existência, dever e desenvolvimento social (DOMINGOS, 2005, p. 68).

Num momento em que o direito ganha novos espaços e abre novas áreas por meio das grandes transformações pelas quais passa o mundo contemporâneo, é importante ter o conhecimento de realidades que, no passado, significaram e no presente ainda significam passos relevantes no sentido da garantia de um futuro melhor para todos. O direito à educação escolar é um desses espaços que não perderá sua atualidade (DOMINGOS, 2005, p.71 apud CURY, 2002, p.70).

Como podemos perceber o discurso de “educação para todos” é perpassado há muitos anos, porém, o privilégio a educação nem sempre foi possibilidade para pessoas que possuem alguma deficiência. Nos dias atuais já é possível vislumbrar a inclusão dentro de uma vertente otimista. Toda via, somente compreendendo o que significa inclusão, é que instituições escolares e sujeitos sociais poderão transformar o preconceito em conceito de superação. Portanto, discutir e debater sobre educação especial é uma das principais chaves para adentrarmos no universo ainda pouco explorado da escola inclusiva.

2.1. DEFICIÊNCIA FÍSICA

Durante muito tempo alunos que possuíam as mais diversas deficiências eram privados de irem à escola e receberem uma educação de qualidade. Com os novos processos educacionais, o olhar sobre a educação inclusiva foi se transformando, e ganhando espaço estratégias e mecanismos que ajudam na educação desses alunos.

A deficiência física, principalmente no Brasil é percebida como uma condição física que limita, dificulta ou que compromete a mobilidade do indivíduo, onde sua coordenação motora é reduzida ou extinguida, essas limitações podem se decorrentes de diferentes lesões, como neuromusculares, ortopédicas, neurológicas, e até más formações adquiridas ou congênitas (SILVA, 2006).

Os alunos que apresentam “alterações musculares, ortopédicas, articulares ou neurológicas que podem comprometer seu desenvolvimento educacional” são considerados sujeitos com deficiência física (SILVA, 2006, p.18). Diante da condição física os alunos que são encaminhados a escola podem ter alguns comprometimentos conforme o estágio dessa deficiência, e por isso, é relevante que se tenha um acompanhamento ou auxílio psicopedagógico, além de processos educacionais adaptados.

2.2. O PAPEL DOS CUIDADORES DENTRO DAS ESCOLAS

Para falar do profissional cuidador, primeiros tem-se que definir o que significa “cuidar”. No dicionário Houaiss (2001) a palavra cuidar define-se como uma ação integrada ao outro, com atenção, dedicação e prevenção. A palavra cuidar é derivada do latim, relacionada a cura, especificamente voltada a afetividade.

De acordo com o pensamento de Boff (1999) o cuidar está relacionado a atitude, o que torna esse ato ainda mais memorável. É a atenção que se dá e se recebe, é o zelo que se coloca na ação para com o outro, é a responsabilidade de entender e, apesar das suas próprias preocupações, ajudar, buscar alternativas para o problema do outro, com afeto e compreensão humana.

O cuidado, em sua essência ocorre quando a expressa sintonia de querer o bem estar do outro, semelhante. Para ser cuidador é necessário dar importância a existência do semelhante. Para se tornar um cuidador é necessário ter consciência das singularidades. É como se função fosse estar em contato e em função do outro, sua ocupação, seu trabalho seus esforços somam-se para o bem do outro. Cuidar, nesse sentido, é preservar, interagindo com o outro na perspectiva de uma construção real e que beneficia ambas as partes (HEIDEGGER, 1995).

Afiança-se que o cuidador desempenha uma função importante na vida da criança que está sob seus cuidados. O cuidador, por muitas vezes não auxilia o aluno somente na sua locomoção ou em tarefas do dia a dia, mas é um profissional que integra a criança aos espaços e ações desenvolvidas dentro e fora da sala de aula. Podendo ainda, ajudar com a higiene, ajudar na socialização das crianças, contribuir com sua independência e autonomia, além de construir relação de afeto, dando apoio emocional a criança (CESCHINI, 2005; WANDERLEY 2005, MAZZA, 2004).

Como se sabe a inclusão ainda é um processo recente, e por isso há inúmeros questionamentos de como se deve incluir as crianças nas escolas e aptidões dos profissionais que estão envolvidos com o processo de formação dos alunos. Mesmo que a inclusão tenha respaldo legal sob a efetivação das leis que garantem a educação das crianças com deficiência, muitos problemas ainda podem ser percebidos no espaço educacional. No tocante ao cuidador, foi um acerto e avanço para a educação inclusiva, mas ainda é preciso melhorar e avançar para novas descobertas, solucionando os problemas, permitindo que o profissional realize seu trabalho e tenha reconhecimento (GOMES; BARBOSA, 2006).

Uma das questões que mais se houve falar sobre o processo inclusivo é a formação, e é visível nas escolas o discurso de muitos professores quanto a formação adequada para atuar em salas de aulas que recebem crianças com

deficiência. Se os professores dão ênfase a formação para atuar com crianças deficientes, quando dirá os cuidadores que são parte relevante do trabalho a ser realizado com a criança.

É importante falar sobre a formação do cuidador. Foi percebido que a forma como o cuidador trabalha muda conforme o Estado e os municípios, desta forma, a carência de uma política que consolide a função do cuidador e forneça formação adequada para que esse cuidador possa ser reconhecido pelo trabalho que realiza e que este trabalho seja feito em parceria com o professor.

O cuidador deve enxergar a criança como parte do seu trabalho e que vai cumprir um ciclo como qualquer outra, e entender que as crianças precisam deles para seu desenvolvimento, mas não devem ser dependentes deles (CASTRO; PICCININI, 2004).

Conforme a Lei 13.146/2015 todas as crianças que precisam de atenção especial tem direito a um profissional de apoio, a educação, bem como, a ação do cuidador contribui para o desenvolvimento do sujeito pensante, daquele que se liberta. Este precisa se auto avaliar, verificar se sua prática é conivente com as expectativas dos educandos e trabalhar para além da remuneração, é preciso ter apreço e zelo pelo que faz (FREIRE, 1979).

De acordo com Kramer (1989) os alunos são seres sociais que precisam ser levados em conta, além das peculiaridades e diferenças que cada um expõe. Então, se o ensino tem por finalidade a característica de assimilação através da transmissão dos conteúdos, todavia, o trabalho do cuidador precisa estar voltado a estimular e propiciar meios possíveis para a aprendizagem significativa do aluno (LIBÂNEO, 1994). Nessa perspectiva, pode-se entender que o cuidador é, também, um agente de transformação, pois possibilita uma mediação entre o conhecimento historicamente construído e passado em sala pelo professor ao educando com base em seu acompanhamento, pois é com eles que as crianças costumam tirar dúvidas e demonstrar suas dificuldades.

Quanto ao professor Libâneo (1994, p.88) revela que “o trabalho docente é atividade que dá unidade ao binômio ensino-aprendizagem, pelo processo de transmissão-assimilação ativa de conhecimentos, realizando a tarefa de mediação na relação cognitiva entre o aluno e as matérias de estudo”.

Formar indivíduos ativos e pensantes não é uma tarefa fácil para o professor, no entanto, através da ação pedagógica isso é possível. Embora essa ação deva ser pensada e planejada, precisa ser desenvolvida com cautela, persistência e paciência, pois tudo o que envolve ensino-aprendizagem requer um tempo de espera oportuno. Cada aluno possui seu tempo de aprendizagem e o professor precisa estar atento para auxiliar e possibilitar novas alternativas para se chegar ao entendimento do que foi teoricamente ensinado. “Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação” (SAVIANI, 2003, p. 73).

O cuidador escolar é um profissional que auxilia na rotina do aluno e do professor e facilita o acesso da criança a educação sistematizada. Através de sua fala, Orrú (2012, p. 160) destaca que:

O educar propicia o trilhar e o construir de um processo que vai sofrendo transformações intensas até constituir suas características peculiares, considerando o contexto e a individualidade de cada um. É por meio desse processo, em que se encontram presentes as relações sociais, a linguagem e a mediação, que o professor descobre e constrói alternativas de trabalho que podem ser exploradas para o ensino e a educação de seu aluno.

A importância do professor e do cuidador mediador no acesso de crianças especiais na escola é ainda maior. O trabalho com essas crianças exige, antes de tudo, um ambiente afetivo. O afeto tem valor primordial para que o aluno supere suas dificuldades e avance no seu desenvolvimento. Os vínculos afetivos que são construídos pelas crianças, tanto nas relações familiares quanto no ambiente escolar, assumem grande importância na sua aprendizagem.

A demonstração de afeto é uma das ações que motivam as crianças a interagirem e as fazem sentir prazer em participar das atividades que são propostas. Ao receber uma criança com deficiência no ambiente escolar, é necessário transmitir-lhe segurança para que compreenda que esse ambiente lhe dará instrumentos para a aquisição de novas habilidades. Ramos (2010, p. 22) afirma que:

Sendo a escola atualmente o mais importante vetor na educação de crianças e jovens [...] seu papel passa a não ser somente o de informar, mas também, em grande parte, o de responsabilizar-se pela construção e modificação de valores socioafetivos.

É compreensível que o início do trabalho com alunos que possuem uma maneira de aprender diferente dos demais geralmente traz momentos de muita insegurança e sensação de incapacidade ao profissional. São muitos desafios, dúvidas e incertezas. Com o passar do tempo, o partilhar de experiências com outros professores, ao passo que vão conhecendo seus alunos no dia a dia, esses profissionais vão adquirindo confiança. É preciso aproveitar as atitudes da criança, sabendo transformar cada momento em oportunidade de conhecimento, mesmo que este venha de forma lenta, considerando que o mais importante na educação é o processo de aprendizagem.

Com base no exposto, considera-se, através dos estudos realizados que um dos fatores essenciais para auxiliar a criança em processo de inclusão escolar é o afeto, ou seja, a forma como é recebida e ensinada, a mediação. Isto até pode parecer contraditório, mas, embora apresentem dificuldades em manter vínculos de afeto, quando encontra um ambiente afetivo, o desenvolvimento dessas crianças torna-se mais fácil, porque elas se sentem mais seguras. Nesse sentido, os cuidadores precisam direcionar as emoções dos alunos às suas experiências de aprendizagem.

A escola é um dos ambientes em que todos passamos em algum momento da vida. Quando se trata da educação inclusiva, a escola deve colocar suas forças e concentração nas soluções das dificuldades enfrentadas pelos alunos,

independentemente da deficiência. Focar nas potencialidades e no aluno é um importante começo.

É comum nos depararmos com professores exaustos e alunos dentro das salas de aulas, somente somando números, mas o que acontece na realidade é que mesmo sem perceber, a escola promove uma exclusão, pois os alunos na maioria das vezes frequentam diversas séries e concluem seus respectivos anos sem aprender. Sobre isto, Mantoan (2003) salienta que essa exclusão é perversa, e a escola, segundo a autora, democratizou-se, produzindo novos conhecimentos, no entanto, se acomodou, e por isso exclui, deixando de lado aqueles que não reconhecem o mesmo conhecimento que valoriza. Desse modo, a mesma “não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela” (p.13).

A escola deve compreender a inclusão dentro de uma perspectiva de diversidade. A sociedade é diversa, e por isso precisa aprender a conviver, respeitar e a entender que somos diferentes, e cada um possui determinadas limitações para aprender. No tocante a essas questões, Santos (2008, p.7) salienta que o professor deve ser um agente de mudanças e por isso cabe a ele “[...] reconhecer seu papel de mediador de aprendizagens, para todos os alunos, devendo ser esta mediação desprovida de preconceito, estigma e exclusão”.

Na medida em que a sociedade vai mudando, a escola também muda, pois as pessoas que a fazem, transformam-na. Nesta perspectiva o estudo discute a diversidade e inclusão escolar.

A escola é responsável por grande parte da aprendizagem que construímos ao longo da vida, desde muito pequenas, as crianças são cada vez mais expostas a diversas formas de aprendizagens, elas brincam, se relacionam com outras crianças, aprendem características da cultura dos seus pais e de outros colegas. Os costumes, as crenças, os hábitos e as características de cada comunidade vão se tornando cada vez mais compreensíveis à medida que se

relacionam com culturas diferentes, com comportamentos distintos. Negar esse contato a crianças portadoras de deficiência é o mesmo que lhe negar o mundo.

A aceitação da deficiência é definida como um dos melhores indicadores de ajustamento positivo após uma deficiência e caracterizada por: a) capacidade de o indivíduo com deficiência perceber valor em habilidades e metas que não foram perdidas em consequência da deficiência; b) avaliação do próprio valor, de atributos e capacidades, baseados não apenas em aspectos físicos, mas também em outros (por exemplo, persistência, inteligência); c) mesmo quando o indivíduo é influenciado por percepções, atitudes e linguagem de outras pessoas, foca a sua própria atitude em relação à deficiência, enxergando sua deficiência como sendo mais uma de suas características, e não a única; d) em seu nível mais básico, ocorre quando o indivíduo reconhece o valor único da junção de suas características e habilidades, mais do que quando faz comparações com padrões externos e frequentemente inatingíveis. (AMORIM, 2015, p. 80 apud RESENDE; LEÃO JUNIOR, 2008, p. 83).

Para tanto, a afetividade “é um mecanismo indispensável na construção da aprendizagem, principalmente se tratando da escola inclusiva, haja vista, que ali todo o grupo lida com o desconhecido e precisa se sentir amparado” (AMORIM, 2015, p. 80 apud COSTA 2011, p. 8).

Lista-se neste estudo alguns fatores ou ações que podem contribuir com o trabalho do professor e cuidadores, além do desenvolvimento da criança no contexto escolar. Uma das primeiras questões listadas é pensar na acessibilidade dos espaços que recebe a criança. A escola precisa construir espaços onde a criança possa se desenvolver e sentir-se como parte do ambiente.

Acessibilidade espacial significa poder chegar a algum lugar com conforto e independência, entender a organização e as relações espaciais que este lugar estabelece, e participar das atividades que ali ocorrem fazendo uso dos equipamentos disponíveis. Para um aluno ir até sua escola, situada no centro da cidade, é possível chegar através de automóvel, de ônibus ou a pé. No caso de um cadeirante, o percurso deve ser acessível (com rampas nos passeios e na entrada do edifício, dimensões adequadas, travessias seguras, etc.). (DISCHINGER; MACHADO, 2007, p.106).

O espaço que recebe a criança precisa ser confortável para que a criança tenha condições de desenvolver sua autonomia e sinta-se à vontade para interagir com as outras crianças. É preciso também considerar o percurso que o

aluno leva e as dificuldades que enfrenta para chegar a instituição, o aluno deve sentir-se seguro para que possa aprender.

Todos os espaços devem ser modificados para que as pessoas com deficiência física sintam-se a vontade de sair de casa, ir a locais públicos sem que precise de ajuda em tudo o que vão fazer. No caso da escola, o espaço interno é um espaço que deve abrigar a criança, já que ela passa muitas horas nesse ambiente durante o dia.

Ao entrar na escola deve ser possível identificar o caminho a seguir de acordo com a atividade desejada através da configuração espacial e/ou da informação adicional (por exemplo, utilizando a rampa para ir à biblioteca no segundo andar). Um aluno com deficiência visual deveria poder obter informação através de mapas táteis e em braile para encontrar sua rota com independência. Finalmente ao chegar na biblioteca deve ser possível a todos os alunos alcançar seus livros e poder ler e estudar em condições de conforto e segurança. Enfim, prover acessibilidade espacial é, sobretudo, oferecer alternativas de acesso e uso a todas as pessoas, garantindo seu direito de ir e vir, sua condição de cidadania. (DISCHINGER; MACHADO, 2007, p. 106).

É necessário ações e práticas dinâmicas, além de iniciativas da própria escola para que as situações de ensino/aprendizagem ganhem forma significativa. Desenvolver planejamentos e momentos para ouvir cuidadores e professores é uma boa estratégia, pois a gestão também faz parte da educação inclusiva, e se essa não der ênfase ao seu desenvolvimento pode correr o risco de excluir, ao invés de incluir com respeito a toda diversidade que a escola acolhe.

REFERÊNCIAS

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BRASIL. **LEI N.º 10.098 de 23 de março de 1994**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10098.pdf>. Acesso em 28 jun. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 28 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejalei9394.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 28 Out. 2018.

CASTRO, E. K.; PICCININI, C. **A experiência de maternidade de mães de crianças com e sem doença crônica no segundo ano de vida.** *Estudos de Psicologia* (Natal), Natal, v. 9, n. 1, p. 89-99, jan./abr. 2004.

CESCHINI, M. **Por que assistência domiciliar.**In: DIAS, E. L. F.; WANDERLEY, J. S.; MENDES, R. T. (orgs.) Orientações para cuidadores informais na assistência domiciliar. Campinas: UNICAMP, 2005.

DEIMLING, Natália Neves Macedo; MOSCARDINI, Saulo Fantato. **Inclusão escolar:** política, marcos históricos, avanços e desafios. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/CienciasdaEducacao/RevistaEletronica/inclusao-escolar-politicama-hist-ava-des-pag-3-a-21.pdf>. Acesso em: 05/09/2018.

DOMINGOS, Marisa Aparecida. **A escola como espaço de inclusão:** sentidos e significados produzidos por alunos e professores no cotidiano de uma escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais – Belo Horizonte, 2005.

CUNHA, N. H. S; CASTRO, I. M. R. **SIDEP: Sistema de estimulação pré-escolar.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981, P.10.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 4 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, C.; REY, F. L. G. **Inclusão escolar:** representações compartilhadas de profissionais da educação acerca da inclusão escolar. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v. 27, n. 3, p. 406-417, set. 2007.

GIL, Antônio Carlos Araújo. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 1995.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JANNUZZI, G. M. **A educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea).

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1994. SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 36. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

LIBANEO, J. C. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. Educ. Pesqui. [online]. 2012, vl.38, n.1, pp. 13-28.

MENDES, Enicéia Gonçalves; PICCOLO, Gustavo Martins. **Nas pegadas da história: tracejando relações entre deficiência e sociedade**. Revista Educação Especial. Vol 25, nº 42 p. 32. Jan/Abr 2012.

MENDES, R. T. (Orgs.). **Orientações para cuidadores informais na assistência domiciliar**. Campinas: UNICAMP, 2005.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

RAMOS, Rossana. **Passos para a inclusão**. 5 ed. revista e atualizada – São Paulo: Cortez, 2010.

ROGALSKI, Solange Menin. **Histórico do surgimento da educação especial**. Vol. 5 – Nº 12 - Julho - Quatro Irmãos – RS, Dezembro 2010.

SILVA, Maria Isabel da. **Estudo comparado da Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência**. SP – SEDPcD, 2015.